

TIBÉRIO EM CAPRI: CONFLITOS DE PODER E RELAÇÕES POLÍTICAS ENTRE IMPERADOR E SENADO¹

Rafael da Costa Campos²

RESUMO: Por volta dos anos de 26 e 27 d.C., Tibério fixou-se em sua *villa* na ilha de Capri, de onde passou a governar até o fim de sua vida. Seu afastamento de Roma pode ser considerado um evento histórico relevante ao processo de consolidação do Principado como um dos passos de uma integração mediterrânea. A intenção desse artigo é observar as reações ocasionadas entre *Princeps* e Senado, e os efeitos relativos à sua legitimidade e a esta instituição política em construção.

PALAVRAS-CHAVE: Roma; Tibério; Capri; Senado.

ABSTRACT: Around 26 and 27 A.D., Tiberius remained in his *villa* in Capri, from where he ruled Rome until the end of his life. His removal from Rome can be considered a relevant historical event for the process of consolidation of the Principate as a step towards a Mediterranean integration. The intent of this paper is to observe the reactions that such removal produced among *Princeps* and Senate, and its effects on Tiberius's legitimacy and on this political institution in construction.

KEYWORDS: Rome; Tiberius; Capri; Senate.

Em meio a inúmeras possibilidades, pensar sobre o Mediterrâneo durante o Principado de Tibério pode ser a consideração de como seu afastamento de Roma foi um evento histórico relevante ao processo de consolidação do Principado. Por volta dos anos de 26 e 27 d.C., este Imperador fixou-se em sua *villa* na ilha de Capri, de onde passou a governar até o fim de sua vida. É nosso intento observar as reações ocasionadas entre *Princeps* e Senado, e os efeitos relativos à sua legitimidade e a esta instituição política em construção.

De acordo com Dion Cássio,³ Tibério deixara Roma e nunca mais retornara, mesmo que estivesse sempre a ponto de fazê-lo e enviando mensagens a respeito. Sobre este fato, Tácito nos informa⁴ que o Imperador partiu para a ilha de Capri, após consagrar templos na Campânia, atendeu às variadas demandas das municipalidades, colônias e adjacências, a despeito de

¹ Texto apresentado no III Encontro do Laboratório de Estudos sobre o Império Romano e Mediterrâneo Antigo (LEIR/MA-USP), em outubro de 2010, na Universidade de São Paulo.

² Doutorando em História Social pela Universidade de São Paulo.

³ Dio Cassius. *História Romana*, 58.1.1.

⁴ Tacitus. *Anais*, 4.67.

um edito determinando que a população não devesse invadir a sua privacidade, e de tropas que mantiveram a mesma à distância. Tanto Tácito quanto Suetônio⁵ concordam que o isolamento deve ter sido sua predileção, em uma ilha rodeada por águas profundas, pouco acessíveis às embarcações, e que não poderiam ancorar sem serem observadas. Tibério fora então atraído pelo local, acessível apenas por uma pequena praia, completamente rodeada por grandes rochedos íngremes. Contudo, ainda assim fora evocado diversas vezes pelas súplicas da população, como quando do desabamento do anfiteatro de Fidenae, em que 20 mil espectadores pereceram. Deste modo, ele se deslocava até o continente e se mostrava acessíveis a todos, a despeito das anteriores ordens dadas de não perturbarem-no durante sua partida e de ter repellido todos os que tentaram se aproximar dele durante o trajeto.

Tácito aponta⁶ que Tibério, outrora absorvido em relação aos assuntos públicos, desde então se aprazia de modo semelhante em vícios secretos e infame luxúria. Por sua vez, Suetônio complementa⁷ que por fim o Imperador negligenciou a condução destes mesmos assuntos, não mais preenchendo as vagas abertas nas decúrias de equestres, ou trocando os tribunos militares, prefeitos ou governadores de quaisquer províncias: Tibério havia deixado a Hispânia e a Síria sem governos consulares durante anos, permitido a Armênia ser varrida pelos partas, a Moésia pelos dácios e sármatas, enquanto as províncias gálicas foram invadidas pelos germanos, para grande desonra e ameaça do território romano.

Em consideração ao motivo de seu afastamento, Tácito⁸ seguiu o consenso historiográfico de seu tempo em associá-lo às intrigas de Sejano. À parte de rumores sobre sua personalidade, fora determinante o temperamento imperioso de sua mãe, Lúvia, cuja influência política ele não podia tolerar, pois era impossível para Tibério desvencilhar-se de alguém que lhe legara o poder. Diante da hesitação de Augusto em estabelecer Germânico, neto de sua irmã Otávia e aclamado pela população, no topo da soberania romana, fora convencido pelas súplicas de Lúvia, introduzindo assim Germânico na família de

⁵ *Anais*, 4.67; Suetonius. *Vida de Tibério*, 40.

⁶ *Anais*, 4.67.

⁷ *Vida de Tibério*, 41.

⁸ *Anais*, 4.67.

Tibério, e este último à família Cláudia. Deste modo, Tibério era constantemente lembrado desta benesse, e Dion Cássio⁹ complementa que Lúvia tivera grande influência durante o Principado de Augusto, e que ela estava sempre declarando que fora ela quem fizera de Tibério Imperador e, por conseguinte, estava insatisfeita em governar em um patamar semelhante ao de Tibério, desejava ter precedência sobre o primeiro. Estes constrangimentos teriam levado o *Princeps* a minar sua participação política até finalmente afastá-la das questões públicas, isolando-a aos assuntos familiares. Ainda assim, Lúvia teria feito com que o *Princeps* se ausentasse de Roma e ficasse o mais longe possível de sua pessoa: sua mãe então teria sido o motivo de seu exílio para Capri.

A despeito das motivações que levaram Tibério a se retirar para Capri, as referências citadas contradizem-se sobre a participação do Imperador nos assuntos públicos durante o restante de seu governo. Sobre as mesmas, apresentamos duas considerações: a existência de um consenso sobre uma tradição de análise calcada na personalidade política de Tibério, e a continuidade de uma efetiva participação do Imperador, principalmente nas relações de força e influência diante da aristocracia senatorial que permaneceu na Cidade de Roma.

Em relação à primeira, argumentamos que nas fontes verifica-se uma plausível preocupação em dividir o governo de Tibério em dois estágios principais: em princípio um governo cujo envolvimento dos senadores fora constantemente apoiado pelo Imperador, e dotado de certa liberdade de expressão política, apesar de as constantes acusações de crimes de lesa-majestade já serem uma práxis amplamente fomentada pelos primeiros. Em seguida, o Principado de Tibério teria se tornado o reverso da moeda, capitaneado por certos eventos como a morte de Germânico, Druso e Lúvia, e principalmente a gradual ascensão política de Lúcio Aélcio Sejano, com a intensificação da perseguição aos senadores, aparentemente encabeçada pelo Imperador, em que o desenvolvimento de uma corrupção da liberdade política estaria relacionado à degeneração (ou a revelação) de sua personalidade.

⁹ *História Romana*, 57.12.

Embora a compreensão desta análise empreendida pela historiografia do período seja fundamental, um exame da mesma literatura nos permite afirmar que esta argumentação é insustentável e contraditória. Deste modo, nos interessa uma reflexão sobre o comportamento dos senadores e a continuidade da participação, não menos intensa, do Imperador nos assuntos políticos. Tibério estabeleceu uma conexão frequente com o Senado e o Povo Romano por meio de correspondências concernentes aos mais variados assuntos.

De acordo com nosso propósito, passemos então a um exame das correspondências imperiais de Tibério ao Senado durante o ano de 31 d.C., em que Lúcio Aélio Sejano chega simultaneamente ao ápice de sua influência política e à sua eliminação. Dion Cássio aponta¹⁰ que, neste ano, o *Princeps* enviara uma carta ao Senado designando Sejano cônsul e associado das funções imperiais. O Senado em contrapartida votou que ambos deveriam ser colegas de consulado a cada cinco anos, e que um cortejo de senadores deveria recebê-los sempre que estes chegassem juntos a Roma.¹¹ O autor antecipa¹² que a atitude do Imperador inspirou-se no crescente apoio político de uma parte dos senadores a Sejano, que já detinha o apoio da guarda pretoriana, motivados tanto pelos benefícios quanto pelas esperanças ou o temor de que este se tornasse Imperador.

Todavia, neste mesmo período Tibério começou a enviar sucessivas cartas ao Senado e a Sejano, ora alertando sobre seu péssimo estado de saúde, ora notificando que estava muito bem e prestes a retornar a Roma.¹³ Ao mesmo tempo, as cartas de Tibério oscilavam entre elogios e críticas à pessoa do último, e denúncias contra os senadores associados.¹⁴ Este estado de dúvida crescente teria deixado os senadores em alerta,¹⁵ pois logo em seguida o Imperador demandou ao Senado que Sejano e seu filho fossem ordenados com o sacerdócio ao lado de Gaio César, e que ao último fosse concedido o poder proconsular, novamente alertando aos senadores que em breve retornaria para Roma.¹⁶ Após o recebimento das honras, o *Princeps* aclamou o filho mais novo de Germânico,

¹⁰ *História Romana*, 58.4.3.

¹¹ *Idem*, 58.4.4.

¹² *Ibidem*, 58.4.1.

¹³ *Ibidem*, 58.6.3.

¹⁴ *Ibidem*, 58.6.4.

¹⁵ *Ibidem*, 58.7.3.

¹⁶ *Ibidem*, 58.7.4-5.

sinalizando pelas correspondências que ele pretendia fazer deste o seu sucessor político, fato que impulsionou o surgimento de adesão política de uma parcela dos senadores.¹⁷

Ao mesmo tempo, Tibério permitiu a anulação de uma acusação a Lúcio Arrúntio, anteriormente governador da província da Hispânia e um dos principais opositores de Sejano, que por este último fora indiciado, bem como imunidade a todos os legados do Imperador.¹⁸ Gradualmente Sejano começara a ser isolado politicamente, o que culminou com uma correspondência de acusação contra este encaminhada ao Senado por Névio Surtório Macro, que se encontrara com o Imperador em Capri, e fora secretamente apontado para assumir o controle da guarda pretoriana.¹⁹ Durante a assembleia, o conteúdo da carta lida não discriminava acusações contra Sejano, mas apenas algumas reprimendas à sua conduta, e que dois senadores associados à sua pessoa deveriam ser punidos e o primeiro escoltado.²⁰ Nesse ínterim, Dion Cássio afirma que Tibério temia os riscos que uma ordem de execução pudesse acarretar,²¹ e quando a leitura da carta fora finalizada, o senador Mêmio Régulo não empreendeu uma ampla votação nem propôs a pena capital, temendo a possibilidade de oposição de uma parcela dos senadores, especialmente os associados de Sejano. Deste modo, apenas questionou a um único senador se Sejano não deveria ser aprisionado, e tendo recebido uma resposta afirmativa, este fora conduzido por uma escolta de magistrados.²²

Entretanto, a respeito do efeito da correspondência, Dion Cássio é bastante enfático ao informar sobre a forma como Sejano fora isolado pelos senadores, bem como da repercussão popular após a leitura. Deste modo, embora Sejano tenha sido apenas aprisionado no mesmo dia, pelo fato de os senadores terem-se reunido no Templo da Concórdia e de sua proximidade com a prisão, quando estes observaram as reprimendas da população e a ausência de reação da guarda pretoriana, condenaram-no à morte.²³ Igualmente, Suetônio e

¹⁷ *Ibidem*, 58.8.1-2.

¹⁸ *Ibidem*, 58.8.4.

¹⁹ *Ibidem*, 58.9.2.

²⁰ *Ibidem*, 58.10.1.

²¹ *Ibidem*, 58.10.2.

²² *Ibidem*, 58.10.8.

²³ *Ibidem*, 58.11.4.

Dion Cássio ²⁴ concordam na constatação da existência de embarcações preparadas para levar Tibério de Capri caso houvesse qualquer tentativa de sublevação militar capitaneada por Sejano, bem como instruções dadas a Surtório Macro de libertar Druso, filho mais velho de Germânico, e aclamá-lo Imperador diante do Senado e do povo, caso houvesse algum tipo de insurreição.

Mediante a análise destes eventos, podemos apresentar algumas conclusões. Primeiramente, em um estudo anterior de George W. Houston,²⁵ este afirma que Tibério manteve um contato consistente e frequente com Roma, recebendo vários senadores, equestres e membros da família, bem como inúmeras vezes circundou Roma, e conforme exemplificado acima, deliberou politicamente. O retiro para as *villae* na Campânia era uma prática comum da aristocracia romana, e o contato com a cultura grega algo aprazível para o Imperador, como já acontecera previamente quando este partira para Rodes (2 a.C. a 4 d.C.), onde permanecera durante seis anos, e de acordo com Veleio Patérculo,²⁶ as visitas de magistrados e membros da família imperial não eram infrequentes. Deste modo, o único elemento destoante na atitude de Tibério teria sido apenas o fato de este não ter novamente retornado para Roma e, portanto não ter mantido vínculos satisfatórios de *amicitia* política.

Embora não discordemos deste argumento, acreditamos que seu exílio para Capri revelou-se como um problema político inédito para os senadores. Durante seu Principado, Tibério reforçou a participação do Senado no quadro das medidas e sanções imperiais, empregando constantemente o voto destes, e a sua ampla participação é referendada em todos os anos consulares. Evidentemente, isto significa que o *Princeps* desejou alicerçar sua legitimidade por meio de uma ênfase na representatividade da instituição senatorial, especialmente na apresentação de uma conduta de certa isonomia entre os seus pares. Todavia, suas atitudes não negavam a nova essência de soberania centralizadora que legara de Augusto, e tampouco Tibério omitiu-se deste posicionamento quando a ocasião fora oportuna ou demandou semelhante postura. Este Imperador tinha consciência também da existência de interesses

²⁴ *Vida de Tibério*, 65.1-2; *História Romana*, 58.13.1.

²⁵ Houston, Geroqe W. Tiberius on Capri. In: *Greece & Rome*, 1985, Vol. 32, No. 2.

²⁶ Veleius Pareculus, *História Romana*, 2.99.4.

dísparos e de rivalidades profundas entre os elementos da aristocracia, cuja conciliação fora uma preocupação de seu antecessor, um *modus operandi* que lhe fora legado tanto na divisão do poder tribunicio com Augusto quanto por testamento.

Igualmente, a existência de oposições nucleadas precariamente organizadas permaneceu e a estas se acrescentou o agravante da necessidade de consolidação de um novo sistema político, da conciliação de sua constitucionalidade embrionária com os valores e ideais dos membros remanescentes da aristocracia republicana, bem como os interesses destes com uma aristocracia insurgente que estava também em disputa por preferência e ascensão. Diante das justificativas apresentadas por Tácito e Suetônio quanto às motivações do exílio de Tibério, não acreditamos que sua atitude tenha representado um isolamento político. Por outro lado, o *Princeps* continuou por lidar com os interesses específicos e disputas acirradas por favorecimento entre os membros da aristocracia, valendo-se de colaboradores como Aélcio Sejano e Surtório Macro, que por sua vez também tiveram ao seu redor associados que se valiam da mesma proximidade com o Imperador visando o próprio favorecimento.

Mais ainda, o afastamento de Tibério apresentou aos senadores a constatação simultânea de que o Imperador não precisava estar em Roma para exercer a sua soberania ou coordenar as deliberações administrativas imperiais. Entretanto, não afirmamos que a conjuntura política de seu governo fora estável: embora precariamente organizadas, as disputas entre os membros da família imperial, Sejano, Macro, senadores associados a estes ou em disputas uns com os outros, e por fim contrários a Tibério nos levam a acreditar que as articulações e eliminações políticas foram uma prática contínua em seu Principado, e que a consolidação desta nova forma de governo não encontrou seu termo durante este período. Por último, a leitura aristocrática que nos foi legada pela tradição histórica romana não omite o ressentimento diante da percepção de que, dentro ou fora da Cidade de Roma, uma parte significativa deste segmento social dependia ou valia-se de uma teia de relações de influência e reciprocidade cujo centro era o Imperador, e que este, por meio de vários artifícios, manteve um controle razoavelmente satisfatório de sua legitimidade e

soberania política. Em suma, a transferência do soberano para fora da Cidade de Roma produziu efeitos inquestionáveis em relação ao processo de consolidação do Principado, e provocou reações significativas na relação entre soberano e Senado, bem como efeitos na legitimidade política (ainda em construção) do *Princeps* e do Principado.

A nosso ver, os principais problemas que surgem a partir do afastamento de Tibério para Capreae e sua permanência até a morte em 37 d.C.²⁷ não condizem com a ideia de abandono das funções públicas oferecida pela documentação. Não acreditamos que isto tenha ocorrido, embora não possamos afirmar que ele mantivera exatamente a mesma condução das questões políticas e administrativas nos moldes dos primeiros anos de seu governo. Entretanto, nossa abordagem não tem como objetivo primordial uma análise detalhada sobre a continuidade da preocupação deste *Princeps* com as questões econômicas ou com o controle da situação pública nas províncias – isto não significa dizer que tal estudo não seja interessante. O que queremos dizer é que Tibério continuou a deliberar politicamente e a interagir com a aristocracia senatorial de Roma, mesmo afastado fisicamente do centro de poder político do Império.²⁸ Com a devida ressalva da influência crescente da figura do prefeito do pretório e da guarda pretoriana, o *Princeps* continuou a ser reconhecido como representação essencial para a manutenção das relações de influência e busca por favorecimento em meio à aristocracia romana, na própria Cidade de Roma.

Assim, o grande problema apontado pelas narrativas sobre o Principado de Tibério não foi o comprometimento da administração imperial – fato que não ocorrera, mas sim o impacto da atitude do *Princeps*: Tibério fora o primeiro governante a se afastar definitivamente da Cidade de Roma, e em um momento em que o Principado ainda estava em uma fase inicial de consolidação. Em segundo lugar, a mesma continuidade da administração imperial demonstrou, por um lado, que o Senado, não sem ressentimento, continuara dependente da instância última do *Princeps* em relação à maior parte de suas deliberações e, por outro, de que o mesmo *Princeps* mantivera, pela coerção e pela posição

²⁷ Dion Cássio, *História Romana*, 58.1.1^a; Suetônio, *op.cit.*, 41; Tácito, *op.cit.*, 4.67.3.

²⁸ Dion Cássio, *op.cit.*, 58.17.12; Tácito, *op.cit.*, 2.35.1-2; 3.52.2; 6.33.1-2.

cimeira em uma rede de associações e relações de influência, o controle da ordem imperial e das interações com a aristocracia à distância, atribuindo estas funções a intermediários que se farão presentes nos governos posteriores: o prefeito da guarda pretoriana, a própria guarda e os membros da *aula Caesaris*. Contraditoriamente, o mesmo *Princeps* que nos primeiros anos de governo buscara – não sem complicações – reforçar a presença dos senadores e o prestígio da instituição senatorial, precedente herdado por Augusto, mas sempre renovado e específico sob cada novo soberano, terminara por macular e esvaziar a mesma representação desta instituição ao se afastar da Cidade de Roma, ao restringir e selecionar ainda mais os associados que buscariam por sua influência e favorecimento e, por último, acirrar ainda mais – conscientemente ou não, está é outra questão – a prática da eliminação política caracterizada pela *maiestas* e que, assim como os outros aspectos citados acima, se desdobrarão e se intensificarão durante o governo dos próximos Césares Júlio-Claudianos. A obscuridade deste legado talvez tenha sido uma das razões da existência de uma memória política tão pouco favorável ao governo deste Imperador.

Bibliografia

DION CÁSSIO. *Loeb Classical Library - Roman history, books 55-58*. Trad. Earnest Cary. Cambridge: Harvard University Press, 1925.

HOUSTON, George W. "Tiberius On Capri". *Greece & Rome*, 1985, Vol. 32, No. 2.

SUETÔNIO. *Loeb Classical Library – Life of Twelve Caesars: Life of Tiberius*. Trad. John Carew Rolfe. Cambridge: Harvard University Press, 1956.

TÁCITO. *Loeb Classical Library - Annals, books 1-3, books 4-6*. Trad. John Jackson. Cambridge: Harvard University Press, 1956.

VELÉIO PATÉRCULO. *Loeb Classical Library - Compendium of Roman history: Res Gestae Divi Augusti*. Trad. Frederick William Shipley. Cambridge: Harvard University Press, 1979.